



**Revista de Administração e Contabilidade**

*Volume 15, número 1*

*Feira de Santana, janeiro/abril 2023 p. 61 – 75*

*ISSN: 2177-8426*

## **Análise de demonstrações contábeis no setor público: evolução dos indicadores financeiros do estado do Rio Grande do norte**

**Jeferson Luis Miranda Campos  
Alúísio Dutra De Oliveira**

### **RESUMO**

O presente trabalho, tem como objetivo geral; analisar o desempenho econômico financeiro da gestão pública do Estado do Rio Grande do Norte, através das Demonstrações Contábeis emitidas pelo setor público. Pesquisa se caracteriza como uma quantitativa, quanto aos objetivos, caracteriza-se como descritiva. Já abordagem foi realizada com a coleta de dados e análise das Demonstrações Contábeis do Estado do Rio Grande do Norte, buscando compreender a evolução dos indicadores financeiros do Estado. Os dados coletados durante a realização desta pesquisa foram do tipo secundário, isto é, aqueles já disponíveis em livros e demonstrações contábeis e relatórios complementares, essas informações, foram extraídas por meio do portal da Transparência do Estado entre os anos de 2019 e 2021. Com isso, foi possível perceber que o Estado do Rio Grande do Norte, apresenta todas as informações necessárias para a tomada de decisão. Através dos índices e quocientes de resultado orçamentário, foi possível traçar um parâmetro, com o intuito de verificar se nos anos de 2019 2020 e 2021, o orçamento foi administrado e executado conforme a legislação, ou ainda, se ao longo dos anos, esses orçamentos, foram executados de forma a qual foi planejado. Utilizando os índices dos quocientes do balanço patrimonial, foi possível perceber os indicadores, dos bens, direitos e obrigações, onde na ocasião, percebeu-se que o estado possui dívidas que superam as somas dos bens, créditos, e ainda, que há um déficit patrimonial, devido à soma dos bens de direitos ser inferior à soma das obrigações.

**Palavras Chave:** Orçamento, indicadores financeiros, demonstrativos públicos.

### **ABSTRACT**

The present work has as general objective; to analyze the economic and financial performance of public management in the State of Rio Grande do Norte, through the Financial Statements issued by the public sector. Research is characterized as quantitative, as for the objectives, it is characterized as descriptive. The approach will be carried out with the collection of data and analysis of the financial statements of the state of Rio Grande do Norte, seeking to understand the evolution of the state's financial indicators. The data collected during this research were of the secondary type, that is, those already available in books and financial statements and complementary reports, this information was extracted through the Transparência do Estado portal between the years 2019 and 2021. this, it was possible to perceive that the State of Rio

Grande do Norte presents all the necessary information for decision making. Through the indices and quotients of budgetary results, it was possible to draw a parameter, in order to verify whether in the years 2019, 2020 and 2021, the budget was managed and executed according to the legislation, or even, if over the years, these budgets, were carried out as planned. Using the indexes of the quotients of the balance sheet, it was possible to perceive the indicators, of the assets, rights and obligations, where at the time, it was noticed that the state has debts that exceed the sum of the assets, credits, and also, that there is a deficit equity, due to the sum of assets and rights being less than the sum of obligations.

**Key Words:** Budget, financial indicators, public statements.

## 1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência projetada para estudar as mudanças quantitativas e qualitativas que ocorrem no patrimônio da entidade. Por meio dele, fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões, pesquisa, interpretação, registro e controle de ativos dentro e fora da empresa.

A contabilidade também se aplica ao setor público, tornando-se o ramo da ciência que aplica os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.

Para Castro (2013) a Contabilidade aplicada ao Setor Público, tem como objetivo informar e explicar de forma interligada como estão sendo executadas as ações de governo, bem como o reflexo no patrimônio e nas finanças públicas, do atendimento as demandas da sociedade.

Visto que essa área é responsável pelas atividades de registro, controle e geração de demonstrativos orçamentários, bem como de oferecer suporte para as atividades da administração pública, as suas atividades também apoiam as secretarias da fazenda e o controle do patrimônio público.

Vale salientar que as informações obtidas nos balanços públicos são de extrema importância para a construção de avaliações mais específicas e adequadas às diversas áreas que compõem um ente governamental.

Riccio (2002) diz que desde do início da era industrial e agrícola, a informação é muito importante para as organizações, atendendo aos mais diversos propósitos. Afirma que vivemos atualmente na era da informação, que é uma “fonte de valor” porque permite que as empresas planejem e tomem decisões.

É comum que alguns usuários da informação, que não sejam profissionais da área de conhecimento, se depararem com algumas informações e sintam alguma dificuldade de compreensão, restringindo assim sua utilidade. Tendo em vista a necessidade de que estas informações sejam precisas, coerentes e que possam auxiliar na tomada de decisão com certo grau de confiança, desenvolveram-se métodos de avaliação. Estes utilizam informações contidas nas demonstrações contábeis para extrair indicadores úteis à avaliação do desempenho dos resultados.

Nesse sentido, este trabalho apresenta um levantamento dos principais indicadores econômicos e financeiros utilizados na análise das demonstrações contábeis aplicada ao setor público, seus significados e aplicações como instrumento gerencial de acompanhamento e

controle da gestão, em busca de resposta à seguinte questão: qual a evolução desempenho econômico financeiro do Estado do Rio Grande do Norte no período 2019-2021?

Afim de responder a questão problema, tem-se como objetivo geral; analisar o desempenho econômico financeiro da gestão pública do Estado do Rio Grande do Norte, através das Demonstrações Contábeis emitidas pelo setor público.

Para ajudar a alcançar o objetivo geral, lista-se os seguintes objetivos específicos; Verificar o comportamento dos indicadores de gestão pública do Estado do Rio Grande do Norte; Comparar as informações do desempenho econômico do Estado ao longo dos anos, tomando como base, as Demonstrações Contábeis do Setor Público; Aplicar os métodos de estudos de desempenho econômico setor público; Disponibilizar aos gestores e a sociedade em geral, informações que ofereçam um maior entendimento acerca da gestão dos recursos públicos.

Na gerencia dos recursos públicos o cidadão é o principal interessado em conhecer se os recursos estão sendo usados de maneira apropriada. Partindo dessa premissa esse estudo busca contribuir com a sociedade, informações gerenciais sobre o desempenho dos indicadores como maneira de favorecer o processo de gestão estadual. A escolha dessa temática, se justifica devido ao fato de poder contribuir para aprimorar novas práticas de gestão pública, especificamente no setor público estadual como forma de analisar o comportamento das receitas e despesas do estado em estudo. Justifica-se ainda, em contribuir ao leitor, as formas de analisar e interpretar as informações contidas nos relatórios contábeis do setor público.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Essa seção contém todo o suporte teórico que auxiliará no processo de investigação científica, abordando a importância das informações contábeis no setor público e a descrição de indicadores contábeis e suas técnicas de análise.

### **2.1 INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO SETOR PÚBLICO**

De um modo geral, o principal objetivo da contabilidade é fornecer informações estruturadas, ou seja, relatórios contábeis de alta qualidade que permitam aos usuários tomar decisões gerenciais.

Nesse sentido, a contabilidade pública, tem o mesmo objetivo, Costa (2018) explica que, além da contabilidade pública ser um instrumento à disposição dos gestores públicos e da sociedade em geral, as informações fornecidas por ela, ajudam no controle, gerenciamento e fiscalização dos planos e ações governamentais.

Percebe-se que a gestão da informação pode interferir no desempenho de uma empresa ou entidade. A ideia de que a informação e o conhecimento estão fortemente refletidos no processo de gestão é cada vez mais comum quando associada à expressão de que a informação é o maior patrimônio de uma organização. (MOSCOVE et. al, 2002).

Os gestores, no desempenho de suas responsabilidades, precisam ter acesso a informações para que, ao estabelecer relacionamentos entre os contadores, possam acompanhar o desenvolvimento das atividades e avaliar os resultados produzidos por essas

ações, traçar os objetivos e políticas e gestão que permitam o alcance de seus objetivos, pois pode prever que o pessoal de gestão forneça tais informações (PITELA, 2000).

Como o foco deste trabalho é de enfatizar sobre a contabilidade pública, a informação contábil pública visa não só auxiliar o gestor, pois a mesma auxilia o cidadão, pois através das informações, pode-se elaborar, com segurança, análises auxiliarem, tanto no controle da gestão exercido pelos órgãos internos e externos, como pela sociedade, que utilizará da mesma, para a avaliação e acompanhamento gerencial da gestão (COSTA, 2018).

É importante enfatizar a diferença entre os conceitos de dados e informação. Esses dados são de interesse do usuário quando conhecidos, ou não constituem informação. A informação, por outro lado, é definida como dados que representam a surpresa do usuário, reduzem a incerteza, transmitem informações aos tomadores de decisão cujo valor excede seu custo e provocam uma resposta. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007).

A partir de análises dos dados de determinada empresa, surge a informação. Os dados devem ser devidamente registrados, classificados, organizados, relacionados e interpretados em um determinado contexto, para que assim transmita o conhecimento necessário e permita tomar a melhor decisão (OLIVEIRA, 2005).

A informação contábil se expressa por diferentes meios, como demonstrações contábeis, escrituração ou registros permanentes e sistemáticos, documentos, livros, planilhas, listagens, diagnósticos e descrições críticas (CFC, 1995; FIPECAFI, 1994). Não obstante, esses meios buscam prover os usuários das informações contábeis, sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do Patrimônio de uma Entidade particularizada, atendendo, dessa forma, o objetivo científico da Contabilidade, qual seja, a correta apresentação do Patrimônio e a apreensão e análise das causas das suas mutações (FIPECAFI, 1994).

Importante ressaltar ainda que: “a informação deve ser objetiva, clara e concisa, permitindo que o usuário possa avaliar a situação econômica e financeira da entidade, bem como fazer sobre a tendência futura” (SILVA, 2008, p. 10). Para Vasconcelos e Viana (2000 apud QUEIRÓZ, 2012), a informação contábil deve apresentar características, como: orientação, veracidade, evidenciação, consistência, dentre outras.

Para Kohama (1996), a Administração pública, como todas as organizações administrativas, é baseada numa estrutura hierarquizada com graduação de autoridade, correspondente às diversas categorias funcionais, ordenadas pelo Poder Executivo de forma que distribua e escalone as funções de seus órgãos e agentes, estabelecendo a relação de subordinação.

A Administração pública compreende os órgãos de gestão ligados ao poder executivo, e atua de forma direta ou descentralizada, a satisfazer as necessidades da sociedade, pelos serviços prestados pelo Estado a outras entidades, como empresas públicas e/ou com interesse público.

As contas contábeis são estruturadas em sistemas para atender os objetivos da administração, com as informações das metas planejadas e de acordo com o Art. 85 da Lei 4.320/64, demonstrar a composição patrimonial, resultados econômicos, financeiros e orçamentários.

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público seja na área Federal, Estadual ou Municipal segue a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que, em seu artigo 1º, estatui normas gerais de

direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Lima e Castro (2000) fala que esse ramo da ciência se presta a coletar, registrar e controlar os atos e fatos que afetam o patrimônio público (excetuando-se os bens de uso comum, tais como ruas, estradas, parques, praças entre outros). Nessa relação de aplicação da Contabilidade Pública, destacam-se os fatos de natureza orçamentária, pois deles resulta a maior parte dos demais atos e fatos controlados pela Contabilidade Governamental.

Kohama (2003) enfatiza que a contabilidade pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e é projetada para capturar, documentar, acumular, resumir e explicar os impactos das entidades internas de direito público (ou seja, governos federal, estadual, distrital e municipal e suas respectivas agências autoritárias).

Na contabilidade pública, o foco está no orçamento e nas finanças. Os orçamentos são a essência do gasto e das finanças públicas e, se devidamente controlados, podem garantir o cumprimento das condições dos compromissos anteriormente assumidos pelo governante. (SANTOS, 2008).

## 2.2 INDICADORES DE DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO

As demonstrações contábeis têm por função evidenciar a situação orçamentária, financeira e econômica das entidades em determinado momento, permitindo que os usuários utilizem essas informações para auxiliar em seu processo decisório.

A Lei n.4.320/1964, obriga as entidades apresentar, no mínimo, quatro demonstrações contábeis, que são: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; e Demonstração das Variações Patrimoniais.

A informação obtida através dessas demonstrações fornecerá um resultado, naquele período, podendo ser avaliados de forma individual, bem como em análise conjunta, a qual permite aferir melhor os resultados da gestão pública.

Os indicadores servem como parâmetros de comparação entre várias ações, premissas e condições ou tendências, ajudando assim a resumir, coletar e simplificar informações sobre questões e prever o provável impacto de ações ou decisões (FARIAS, 2009).

Indicadores podem se apresentar de forma quantitativa ou qualitativa, objetivando agregar e quantificar as informações, permitindo que sua significância fique mais perceptível, avaliando condições e tendências, comparando lugares e situações, avaliando condições e tendências quanto às metas e objetivos e promovendo informações de advertência (VAN BELLEN, 2006).

Para Solà (2003), a partir do orçamento da entidade, pode-se obter uma série de indicadores, sendo fácil visualizar a proporção e os indicadores de preenchimento das informações obtidas na liquidação orçamentária.

Santos (2008) fala que os indicadores são ferramentas importantes para o controle da gestão e para a verificação da eficiência e eficácia da administração pública, pois proporcionam uma comparação da situação entre diferentes entidades ou entre diferentes períodos de uma mesma entidade, permitindo comparações observando as mudanças ocorridas. As métricas contábeis são avaliadas usando uma técnica contábil chamada análise de balanço.

Para Martins, Miranda e Diniz (2020), a análise das demonstrações contábeis requer um método específico, que seja capaz de entender os fundamentos de como se faz uma análise econômico-financeira e propõem três etapas: observação; exame; e interpretação. Na observação deve-se fazer as seguintes perguntas: o que vejo? Quais os elementos envolvidos que chamam a atenção? No exame deve-se tentar responder ao seguinte questionamento: como posso estruturar essas informações para buscar um sentido lógico? Na interpretação, a pergunta a ser respondida é: o que isso significa?

Segundo Mauss (2012), a análise poderá ser considerada estática somente quando um período é analisado, sem contrapor o tempo e a dinâmica, pois quando comparada precisa-se de no mínimo três anos para que seja possível conceber a propensão futura da organização. Assim, para este estudo é utilizado três anos e selecionam-se indicadores para serem aplicados no Balanço Patrimonial e no Balanço Orçamentário do estado pesquisado. A análise sobre o enfoque patrimonial é realizada no Balanço Patrimonial, que expressa os registros na contabilidade pelo regime de competência por meio dos indicadores propostos por Mauss (2012).

Para realização das análises dos índices é necessário a utilização de indicadores, esses por sua vez possuem uma forma estabelecida de análise, com isso o quadro abaixo, contém uma metodologia de análise de Execução Orçamentária, com quocientes, formulas e análise.

**Quadro 01 - Indicadores da Execução Orçamentária**

Quociente de Execução da Receita	$QER = \text{Receita Realizada} / \text{Previsão Inicial}$	Representa o quanto foi executado da Receita Realizada em relação a Receita Prevista Inicial.
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	$QEO = \text{Dotação Atualizada} / \text{Previsão Inicial}$	Representa o quanto foi aberto de créditos adicionais.
Quociente da Execução da Despesa	$QED = \text{Despesas Empenhadas} / \text{Dotação Atualizada}$	Demonstra quanto da Despesa Atualizada foi utilizada em Despesa Empenhada.
Quociente da Execução Orçamentária Corrente	$QEOCo = \text{Receita Corrente} / \text{Despesa Corrente}$	Demonstra quanto da Receita Corrente foi utilizada em empenho de Despesa Corrente.
Quociente da Execução Orçamentária de Capital	$QEOCa = \text{Receita de Capital} / \text{Despesa de Capital}$	Demonstra quanto da Receita de Capital realizada foi utilizada em empenho de Despesa de Capital.
Quociente do Resultado Orçamentário	$QEOCa = \text{Receita de Capital} / \text{Despesa de Capital}$	Demonstra quanto da Receita Realizada foi utilizada para cobertura da Despesa Empenhada.

Fonte: Adaptado de Kohama (2015).

Segundo o art. 102 da Lei 4.320/64, o balanço orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Costa (2018), explica ainda que, tomando como base a doutrina sobre o assunto, os a utilização dos quocientes para análise das demonstrações contábeis dos demonstrativos do setor pública, classifica-se em três tipos, sendo, de acordo com a origem das informações; financeiros, e patrimoniais.

No caso aqui citado, trata-se de análise do tipo da origem das informações, pois o mesmo configura-se como informações orçamentárias.

Já o quadro abaixo, apresenta informações de cunho financeiros e patrimoniais, por a analisar o balanço Patrimonial.

**Quadro - 02:** Indicadores da Situação Patrimonial

Quociente da Situação Financeira	Ativo Financeiro/ Passivo Financeiro
Quociente da Situação Permanente	Ativo Permanente/Passivo Permanente
Quociente do Resultado Patrimonial	Ativo Real/Passivo Real

**Fonte:** Adaptado de Kohama (2015).

Quanto a análise do balanço patrimonial público, Padoveze (2000) aponta que ao analisar a estrutura do balanço patrimonial, tem-se as evidenciações e patrimoniais, afim de entender e acompanhar a situação patrimonial do ente.

### 2.3 ESTUDOS AFINS

Silva (2019), et. al. buscaram avaliar a situação orçamentária do município de Biquinhas, que está localizado na região Centro-Oeste de Minas Gerais, através das demonstrações contábeis referentes aos anos de 2014 e 2017. Utilizaram como metodologia, uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, exploratória e descritiva, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso. Utilizando os relatórios financeiros (Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais), com maior ênfase sobre o balanço orçamentário foi aplicada as análises a partir do orçamento aprovado, execução orçamentária e índices contábeis a fim de se chegar a uma conclusão a respeito da situação orçamentária do município.

Goularte; Cappellari, Minelli, (2023), buscaram analisar os índices dos indicadores financeiros e orçamentários aplicados nas demonstrações contábeis, dos anos 2018, 2019 e 2020, dos municípios que obtiveram melhor classificação no Índice de Gestão Municipal Aquila (IGMA) 2021. Através de uma pesquisa documental, realizada no: Balanço Patrimonial, e Balanço Orçamentário do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre. Utilizando a metodologia de análise interpretativa, puderam perceber através que os resultados sugerem que, os municípios apresentam capacidade de cumprir as obrigações de curto e longo prazo, eficiência no uso dos ativos para gerar receitas e baixa dependência de capital de terceiros para financiar suas atividades.

Já Vital e Rocha (2020), buscaram analisar e interpretar os balanços públicos das cidades de Recife, Fortaleza e Salvador no período de 2017 a 2019 por meio da determinação de quocientes pré-definidos por Kohama (2015). O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa documental, bibliográfica e descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa. Quanto aos resultados os autores puderam perceber que, as informações obtidas, servem como ferramentas de apoio na instrumentalização dos recursos públicos e nas tomadas de decisões pelos gestores públicos.

Freire (2020), tratou de verificar as características dos artigos científicos que abordam sobre a temática Contabilidade Pública e quais as contribuições da contabilidade no Setor

Público, a partir dos periódicos nacionais na área de contabilidade e administração com classificação Qualis A2, B1 e B2, no período de 2017 a 2019. A autora utilizou a pesquisa bibliométrica para análise de 59 artigos publicados no período de 2017 a 2019 nos periódicos com Qualis Capes A2, B1 e B2, encontrados através do sítio eletrônico WebQualis. Os autores puderam perceber que, em relação as subáreas abordadas, a maioria 20,34% dos artigos abordaram a temática do Orçamento Público. Já em relação as metodologias utilizadas nos trabalhos pesquisados, foram: quanto à natureza, abordagem do problema e procedimentos: 49,15% foram descritivas, 50,85% foram quantitativas; as pesquisas simultaneamente documentais e bibliográficas representaram 57,63% das publicações. As ferramentas da contabilidade encontradas na amostra foram a contabilidade de custos e análise de balanços, através da análise horizontal e os índices contábeis.

### 3 METODOLOGIA

Para realização de uma pesquisa satisfatória, de forma a atender todos requisitos e propósitos estabelecidos, é necessário a utilização de métodos eficientes e eficazes, para que possa propiciar a apuração dos resultados de acordo com a temática abordada.

Essa pesquisa por sua vez se caracteriza como uma pesquisa quantitativa, foi utilizada interpretação, através dos resultados obtidos pelos cálculos dos fenômenos estudados e fonte direta para a coleta de dados, onde o pesquisador é o instrumento-chave, não necessitando de aplicação de métodos estatísticos para comprovação.

Quanto aos objetivos, é uma pesquisa descritiva. Para Gil (2008) a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, sendo muito significativo a utilização de técnicas de coleta de dados.

Quanto a abordagem do problema, a referida pesquisa foi realizada com a coleta de dados e análise das demonstrações contábeis do estado do Rio Grande do Norte, buscando compreender a evolução dos indicadores financeiros do estado.

O dado coletado durante a realização desta pesquisa foi do tipo secundário, isto é, aqueles já disponíveis em livros e demonstrações contábeis e relatórios complementares, produzidos pela Contabilidade Pública. Essas informações, foram extraídas por meio do portal da Transparência do Estado entre os anos de 2019 e 2021.

O procedimento de análise de dados, foi a análise interpretativa dos índices, visando compreender a evolução dos indicadores financeiros do Estado estudado, utilizando os quocientes, e as técnicas próprias para análise desses demonstrativos.

Para elaboração das tabelas, com apresentação dos resultados dos cálculos dos índices, foram elaboradas no software Excel, e que em seguida, foram inseridas no corpo deste trabalho, afim de se apreciar e analisar os dados.

Salientando que, os valores expostos na tabela, possuem metodologia de cálculo já estabelecidos e que os valores expostos nas tabelas, foram calculados, seguindo essas regras e formulas estabelecidas por Kohama (2015).



#### 4 ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção tem como objetivo, apresentar através de tabelas, os resultados dos cálculos dos índices analisados, tomando como base o balanço orçamentário e o balanço patrimonial, do estado do Rio Grande do Norte, nos anos de 2019, 2020 e 2021.

**Tabela 01-** Quociente do Resultado Orçamentário

	Receita arrecadada	Despesas Empenhada
2019	13.364.620	13.364.620
2020	13.631.130	13.533.536
2021	15.395.717	15.395.717

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Ao realizar a análise do resultado orçamentário, utiliza-se como cálculo a diferença entre a receita arrecadada e a despesa empenhada, diante disso, pode-se perceber que, a execução orçamentária consolidada de 2019, foi equilibrada, pois os valores foram iguais, tanto na arrecadação, como na despesa empenhada. Já no ano de 2020, quando realizado o confronto entre elas, pode-se perceber que houve um superávit orçamentário, de R\$ 97.594,00 isso significa dizer que, a Receita Arrecadada, foi maior do que a Despesa Empenhada. Já em relação ao ano de 2021, o quociente de resultado orçamentário também apresentou um equilíbrio.

Diante desses fatos, pode-se perceber que, pelos anos analisados, houve equilíbrio em 2019 e 2021, enquanto em 2020, houve um superávit orçamentário, em que se arrecadou mais do que despesas empenhadas.

**Tabela 02 -** Resultado de Execução da Receita

	Receita Prevista	Receita Arrecadada
2019	12.017.496	13.364.620
2020	12.748.224	13.631.130
2021	14.211.429	15.395.717

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Para se analisar o resultado da execução da Receita, utiliza-se como cálculo, o cruzamento das informações referentes a receita prevista e receita arrecadada, em que pode-se perceber que, nos três anos analisados, houve um déficit orçamentário, pois a receita arrecadada, foi maior do que a receita prevista, assim, pode-se concluir que, a receita realizada superou a previsão inicial. Isso implica em dizer que, é um fato positivo, pois trata-se de arrecadação concreta, ou seja, o estado arrecadou de fato tais valores, superando assim as expectativas expostas na previsão da receita.

**Tabela 03 -** Resultado Orçamentário da Realização da Despesa

	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada
2019	15.305.679	13.364.620
2020	13.444.656	13.533.536
2021	16.564.388	15.395.717

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Já se tratando da análise orçamentaria da Realização da Despesa, pode-se perceber que a diferença a maior entre os valores da Dotação Atualizada e da Despesa Empenhada, equivale a uma economia na realização de despesa, uma vez que, parte da dotação autorizada não foi utilizada para a execução de despesas.

Com isso, ao analisar a tabela, percebe-se que os anos de 2019 e 2021, houve uma economia na realização da despesa, uma vez que, os valores da despesa empenhada, foram menor do que a despesa atualizada. Enquanto o ano de 2020, houve um aumento na despesas empenhada de R\$ 88.880,00.

Mas deve-se levar em consideração que, apesar de em 2020, ter ocorrido um aumento, o valor da economia de 2021, supera o ano de 2020.

Ainda como método de análise do Balanço orçamentário, utiliza-se a análise dos quocientes. Nesse sentido a tabela abaixo, apresenta os dados obtido através dos cálculos, apontando os dados das análises dos anos de 2019, 2020 e 2021.

**Tabela 04 – Índice de Quociente Orçamentário**

Quociente	Fórmula	2019	2020	2021
Quociente de Execução da Receita	$QER = \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Previsão Inicial}}$	1.120573	1,025972	1,083333
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	$QEO = \frac{\text{Dotação Atualizada}}{\text{Previsão Inicial}}$	1,273616	1,150387	1,165568
Quociente da Execução da Despesa	$QED = \frac{\text{Despesas Empenhadas}}{\text{Dotação Atualizada}}$	0,873180	0,89184	0,929446
Quociente da Execução Orçamentária Corrente	$QEOCo = \frac{\text{Receita Corrente}}{\text{Despesa Corrente}}$	1,128446	1,132027	1,139771
Quociente da Execução Orçamentária de Capital	$QEOCa = \frac{\text{Receita de Capital}}{\text{Despesa de Capital}}$	0,505956	0,805599	0,521649
Quociente do Resultado Orçamentário	$QEOCa = \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Empenhada}}$	1,007621	1	1

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023)

O primeiro índice análise é o Quociente de Execução da Receita, que por sua vez, utiliza-se a seguinte formula; Receita realizada / Previsão atualizada da receita. Este índice

indica a existência de excesso ou falta de arrecadação para a cobertura de despesas.

Assim, pode-se perceber que, pelos valores encontrados ao longo dos anos, a receita realizada, foi maior que a previsão, porém é considerado normal, pois pelo cálculo, o valor está bem próximo de um, ou seja, o valor normal deste índice é 1, ou valor próximo a 1.

Já em relação ao Quociente do Equilíbrio Orçamentário, utiliza-se como fórmula;  $\text{Previsão Inicial da Receita} \div \text{Dotação Inicial da Despesa}$ , onde.

Esse quociente, indica, se há equilíbrio entre a previsão da receita e fixação das despesas, nesse aspecto, como o valor encontrado após o cálculo realizado pela fórmula, foi maior do que 1, isso significa dizer que o percentual está acima do normal, ou seja, a previsão foi maior do que a dotação. Mostrando que, apesar de não igualar para o equilíbrio, mas os valores ainda estão próximos ao normal que é 1.

Ja sobre a análise do Quociente de Execução da Despesa, é resultante da relação entre a Despesa Executada e Dotação Atualizada, cuja desconexão pode ser ocasionada por ineficiência no processo planejamento-execução ou a uma economia de despesa orçamentária.

Após aplicação dos cálculos para aquisição de dados dos anos estudados, percebe-se que, a Despesa Executada é menor do que a Atualizada, em todos os anos estudados, mostrando uma economia orçamentária nos gastos públicos.

Em relação ao Quociente da Execução Orçamentaria Corrente, esse por sua vez, apresenta o resultado da relação entre a Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente, conforme é apresentado na tabela acima. Quanto a sua interpretação, indica se as Receitas Correntes suportaram as Despesas Correntes. Diante do citado, tem-se que, ao longo dos anos analisados, esses índices, apresentou um superávit corrente, o que significa dizer que, a arrecadação da receita corrente foi suficiente para financiar a despesa corrente.

Já sobre o Quociente do resultado orçamentário, este por sua vez, é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit Receita realizada/despesa empenhada. Diante dos resultados obtidos e apresentado na tabela, pode-se perceber que, apenas em 2019 houve uma variação e que não atingiu o valor de equilíbrio que é 1, ou seja, ocorreu um pequeno superávit, porém com valores bem baixos. Já no ano de 2020 e 2021, os valores foram exatamente um, mostrando assim um equilíbrio.

Como já foi visto, a importância de analisar as demonstrações contábeis do setor público, pois as mesmas, fornecem informações sobre os resultados alcançados, nos aspectos; orçamentário, econômico, financeiro e patrimonial do setor público. Essas informações, ajudam os usuários dos serviços públicos (gestores, cidadãos, servidores públicos, sociedade civil organizada, ONGs), na tomada de decisão, além disso, essas informações ajudam na forma de cobrar aos gestores, os seus direitos, bem como para uma análise do gestor para melhor gerir os recursos públicos.

Pode-se perceber que, as análises realizadas tomando como base balanços orçamentários, que trata-se de uma ferramenta de planejamento, e que através dos índices na qual favorecem as análises dos mesmos, proporcionam uma avaliação da gestão, de forma mais direta e objetiva.

Nesse sentido, a partir da tabela abaixo, tem-se uma análise do balanço patrimonial do Estado do Rio Grande do Norte, nos anos de 2019, 2020 e 2021, afim de analisar a situação

financeira patrimonial do Estado. Os dados foram calculados a partir das informações contidas no Balanço Patrimonial do estado.

**Tabela 05 – Índice de Quociente do Balanço Patrimonial**

Quociente	Fórmula	2019	2020	2021
Quociente da Situação Financeira	Ativo Financeiro/ Passivo Financeiro	0,585365	0,791045	1,190111
Quociente da Situação Permanente	Ativo Permanente/Passivo Permanente	0,114655	0,152320	0,181676
Quociente do Resultado Patrimonial	Ativo Real/Passivo Real	0,132115	0,185083	0,220828

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023)

O primeiro índice analisado, foi o quociente da Situação Financeira, para Kohama (2000) o resultado desse indicador pode ser considerado normal se for igual ou maior que 1. Diante dessa afirmativa, pode-se perceber pelos valores expostos na tabela que, em todos os anos de 2019 e 2020, fora abaixo de 1, o que implica em dizer que não considera-se normal, enquanto em 2021, o resultado foi superior a 1, o que significa dizer que, o ativo financeiro é maior do que o passivo financeiro, tendo assim, um superávit financeiro, o que entende que, o total de recursos financeiros, são superiores as obrigações financeiras.

Já em relação ao Quociente de Situação Permanente, obtido da relação entre o ativo permanente e o passivo permanente, tem como objetivo, demonstrar o equilíbrio entre o passivo permanente e o ativo permanente. Nesse aspecto, o resultado ideal é que seja no mínimo maior que 1, o que mostra que, ao somar bens, crédito e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo superam as dívidas de longo prazo (saldo patrimonial positivo).

Diante dessas afirmativa e pela análise dos dados apresentados na tabela, percebe-se que, os valores apresentados, foram menor do que 1, o que implica em dizer que, as dívidas do Estado do Rio Grande do Norte, superam a soma dos bens, crédito e valores, que compõem os bens e direitos de longo prazo, nos três anos analisados. Situação essa que, o gestor deve analisar com cuidado, e verificar essa situação, para uma resolução. Tal situação, requer uma avaliação sobre as causas e justificativas.

Quanto ao Quociente de Resultado Patrimonial objetiva, apresentar, se houve um superávit ou déficit patrimonial, em que, se o valor desse índice for igual a 1, significa dizer que o mesmo houve, um equilíbrio patrimonial. Nesse sentido, percebe-se que, ao logo dos três anos analisados, o valor foi inferior a 1, o que implica em dizer que houve um déficit patrimonial, tal fato ocorre devido a soma dos bens e direitos ser inferior à soma das obrigações mais às dívidas fundadas.

Diante dessas afirmativas, pode-se perceber que, o estado do Rio Grande do Norte, deve verificar as causas que implicaram nesse resultado, verificando especialmente a Demonstração das Variações Patrimoniais.

Deve-se ressaltar que, o Ativo Real, trata-se da soma do ativo financeiro com o ativo permanente e o Passivo Real a soma do passivo financeiro com o passivo permanente.

Pela análise do balanço patrimonial, pode-se perceber que, os índices de avaliação desse, ajuda a verificar o comportamento do patrimônio e do financeiro em comparação a um determinado período de tempo, proporcionando verificar se, as atividades realizadas ao longo desse período, foram viáveis financeiramente falando, ou não.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos aqui expostos neste trabalho, pode-se perceber que, o objetivo geral foi alcançado, uma vez que era de analisar o desempenho econômico e financeiro da gestão pública do Estado do Rio Grande do Norte, utilizando para tal, os demonstrativos emitidos pelo setor público.

Através da pesquisa, foi possível perceber que o Estado do Rio Grande do Norte, apresenta todas as informações necessárias para a tomada de decisão, através desses demonstrativos, o cidadão, ou próprio gestor público, pode tirar suas conclusões, pois através da análise do desempenho econômico e financeiro, é possível traçar parâmetros e criar novos projetos, utilizando essas informações para uma tomada de decisão mais assertiva.

Através dos índices e quocientes de resultado orçamentário, foi possível traçar um parâmetro, com o intuito de verificar se nos anos de 2019, 2020 e 2021, o orçamento foi administrado e executado conforme a legislação, ou ainda, se ao longo dos anos, esses orçamentos, foram executados de forma a qual foi planejado, atendendo assim os anseios da população, analisando os pontos positivos e negativos nos índices estudados, a maioria apresentou um bom desempenho quanto a gestão do orçamento.

Outro fator importante de análise, foi o os índices dos quocientes do balanço patrimonial, pois a partir desses índices, foi possível perceber os indicadores, dos bens, direitos e obrigações, onde na ocasião, percebeu-se pelos dados extraídos do balanço patrimonial do RN e aplicado nas fórmulas, que o estado possui dívidas que superam as somas dos bens, créditos, ou seja, as dívidas do Estado, são maiores do que os bens e direitos em posse do Estado, tais fatos percebe-se nos três anos analisados.

Foi possível perceber ainda que há um déficit patrimonial, devido à soma dos bens de direitos ser inferior à soma das obrigações.

O presente trabalho teve como principais limitações, a dificuldade de se encontrar as informações, uma vez que para acessá-los, é necessário se chegar ao endereço certo do sitio eletrônico, bem como realizar diversas filtragens, para se chegar no relatório desejado.

Por fim, é sugerível que, os cidadãos possam conhecer mais e melhor sobre as análises e metodologias de análises dos demonstrativos público, afim de acompanhar de perto a execução orçamentaria e administração patrimonial da gestão pública, seja da gestão estadual, ou municipal. Sugere-se ainda, um estudo comparativo, utilizando a metodologia de análise dos índices, junto a outros estados, afim de verificar se os demais estados estão em conformidade, ou gerindo bem os recursos públicos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 05 de maio de 2000.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios

e do Distrito Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de março de 1964. BRASIL.

CALDAS, E. L. **Indicadores municipais de arrecadação em 18/05/2006. Rio de Janeiro: 2006.** Disponível em <<https://fpabramo.org.br/2006/05/18/indicadoresmunicipais-de-arrecadacao/>>. Acesso em: 19set. 2022.

CASTRO, D. P de. **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público, Integração das Áreas do Ciclo de Gestão: Planejamento, Orçamento, Finanças, Contabilidade e Auditoria e Organização dos Controles Internos, como suporte à Governança Corporativa Brasil.** – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

COSTA, C. S. Análise das demonstrações contábeis no setor público—avaliação de indicadores financeiros e de solvência. **Contabilidade Pública-Unisul Virtual**, 2018.

DINIZ, O. A. S. PÉRICO, A.E. **INDICADORES DE DESEMPENHO PARA AVALIAÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DE SECRETARIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO NO CONTEXTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL.** Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/iisippedes2016/artigo-ii-sippedes-otavio-diniz-final.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.

FARIAS, E.E.V. de. **Distribuição da água do projeto de integração do rio São Francisco no Estado da Paraíba – eixo leste: análise de perdas.** 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

FREIRE, D. L. **Contribuições da contabilidade no setor público: um estudo bibliométrico nos periódicos nacionais A2, B1 e B2.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (FIPECAFI). **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994. 778p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008

GOULARTE, J. L. L.; CAPPELLARI, G.; MINELLI, L.. ANÁLISE DE INDICADORES FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS DOS MUNICÍPIOS COM MELHOR CLASSIFICAÇÃO NO IGMA 2021. **Contabilometria**, v. 10, n. 02, 2023.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. Van. **Teoria da contabilidade.** Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 2007.

KOHAMA, H. **Balancos públicos: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, D.V.; CASTRO, R. G. **Contabilidade pública**: integrando União, Estados e Municípios. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**. 7. ed. Atlas, SP, 2012.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, Josedilton Alves. **A. Análise didática**

MAUSS, C. V. **Análise de demonstrações contábeis governamentais**: instrumento de suporte à gestão pública. São Paulo: Atlas, 2012.

MOSCOVE, S. A.; SIMKIN, Mark G.; BAGRANOFF, N. A.; Tradução Geni G. Goldschmidt. **Sistemas de informações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, A. M. L. **Análise De Indicadores Econômico-Financeiros Da Gestão Pública: Um Estudo De Casos Múltiplos Em Entidades Federais Indiretas Do Município De Manaus**. Dissertação. Manaus: UFAM, 2008.

SILVA, G. M. S. et al. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO: um estudo de caso realizado em uma prefeitura localizada na região Centro-Oeste em Minas Gerais. **Revista Acadêmica Conecta FASF**, v. 4, n. 1, 2019.

SOLÀ, J. M. G. **Indicadores de gestión para las entidades públicas**. VIII.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VITAL, I.V. A.; ROCHA, S. K. ANÁLISE DE BALANÇOS PÚBLICOS: UM ESTUDO SOBRE AS PRINCIPAIS CAPITAIS DO NORDESTE BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2017 A 2019. **Revista Científica e-Locução**, v. 1, n. 18, p. 27-27, 2020.